



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores  
25 a 27 de setembro de 2017  
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 5: Teoria do Discurso, métodos e técnicas de pesquisa

Utilização do software Nvivo para analisar a ideologia em documentos: um exemplo a partir de uma nova metodologia de classificação dos partidos brasileiros

Bianca de Freitas Linhares  
Doutora em Ciência Política  
UFPEL  
E-mail: bipolitica@hotmail.com

Larissa Russo Gonçalves  
Mestranda em Ciência Política  
UFPEL  
E-mail: larissarusog@gmail.com



Utilização do software Nvivo para analisar a ideologia em documentos: um exemplo a partir de uma nova metodologia de classificação dos partidos brasileiros

Bianca de Freitas Linhares

Larissa Russo Gonçalves

## RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar o método de análise de documentos, exemplificados aqui a partir de medidas provisórias e projetos de lei para introduzir uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos brasileiros. O NVivo é um programa de análise qualitativa que auxilia a organização, codificação e classificação de documentos. Nele são importadas fontes, no caso, medidas provisórias ou projetos de lei, que são codificadas a partir dos chamados “nós” e operacionalizadas de acordo com o objetivo da pesquisa. Ao passo que, o projeto de pesquisa em questão é desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Ideologia e Análise do Discurso, o qual é vinculado aos ditames teóricos laclauianos e, por isso, tem como base os conceitos de discurso, visto como prática discursiva, e ideologia para estabelecer suas práticas metodológicas. Defende-se que a técnica utilizada pode ser aplicada a outros documentos para análise e classificação ideológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metodologia; Análise de Documentos; NVivo; Classificação Ideológica.

## INTRODUÇÃO

Neste paper temos o objetivo de trazer um exemplo de como realizar análise de documentos a partir da análise de discurso de viés pós-estruturalista com o uso do software NVivo. Os documentos e resultados que servem de base de análise foram extraídos de pesquisa de componente do Grupo de Pesquisa (GP) Ideologia e Análise de Discurso da UFPel. Embora aqui tratemos do estudo e classificação



ideológica de Medidas Provisórias (MPs), outros membros do GP têm trabalhado com outros documentos, como Projetos de Lei. O objetivo do GP é introduzir uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos brasileiros.

Para isso, destacamos o uso do NVivo, software de análise qualitativa. Nele são importadas fontes, no caso, MPs, que são codificadas a partir dos chamados “nós” e operacionalizadas de acordo com o objetivo da pesquisa. Como o GP é vinculado aos ditames teóricos laclauianos, tendo como base o conceito de discurso (visto como prática discursiva) e ideologia, as práticas metodológicas estão intimamente ligadas a essas ideias.

Este paper apresenta, além desta introdução, mais três seções. Uma na qual são trazidos os pressupostos teóricos para se pensar a nova metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos. A segunda, onde apresentamos o NVivo, mas não sem antes abordarmos questões metodológicas que são essenciais para a compreensão deste paper e da importância do NVivo como ferramenta para a análise de discurso. Já, na terceira seção, trazemos o exemplo com a análise de MPs através do NVivo.

## BASES TEÓRICAS PARA PENSAR UMA NOVA METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA

Entender a ideologia simplesmente como um conjunto de ideias que podem ou não estar conectadas com a ação dos sujeitos não nos parece ser a forma mais apropriada de considerar este fenômeno tão complexo, além de ser um sintoma da subteorização de tal noção no âmbito dos trabalhos que têm visado classificar ideologicamente os partidos políticos no Brasil. Segundo a metodologia que estamos propondo neste texto, fundamentalmente baseada nos estudos mais contemporâneos sobre teoria da ideologia (Žižek, 1992, 1996; Laclau, 1990, 2014) não é possível fazer a distinção entre a ideologia e a prática do sujeito, pois ambas estão sempre interligadas. Isso se deve ao fato de que, como veremos ainda nesta seção, as noções de discurso e de ideologia que adotamos não fazem qualquer distinção entre ideal e prática ou entre discurso e prática. Neste sentido, adotaremos ambas as noções desde a perspectiva da teoria do discurso de Ernesto Laclau



(Laclau e Mouffe, 1985; Laclau, 1990; Laclau, 2005; Laclau, 2014). Começemos, como já fizemos acima menção, pela apresentação de alguns pressupostos teóricos de matriz pós-estruturalista, que são indispensáveis para mais bem caracterizarmos as noções de discurso e de ideologia que fundamentam a metodologia aqui proposta.

Portanto, é importante destacar que todo processo de significação é marcado pela contingência e pela precariedade. Isso quer dizer que a forma como significamos o que significamos depende inexoravelmente de uma estrutura de sentidos que carrega a sua própria historicidade definida de forma contingente, ou seja, dependente de uma constelação de fatores que foram decididos no lugar de outros que poderiam ter sido possíveis. Além disso, toda produção de sentidos é sempre precária, marcada por sua própria finitude essencial. Portanto, para que uma significação seja possível, é preciso haver uma estrutura cuja existência é o resultado de um processo que, ainda que não fortuito, não pode ser definido a priori, pois depende da contingência em que este está inserido, além de sua existência ser necessariamente precária.

O discurso não pode ser entendido como o resultado de um conjunto de enunciados, de textos ou de falas, numa dimensão meramente linguística. Evidentemente que a dimensão linguística é central a qualquer discurso, mas este último não se esgota simplesmente aí. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal (Laclau e Mouffe, 1985). Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas e que contêm em si as dimensões de existência e de ser da existência como acima mencionamos. O social, portanto, é sempre significativo, simbólico, sobredeterminado.

Tendo em vista a materialidade e a estruturalidade inerentes a todo discurso, para Laclau e Mouffe (1985), um discurso é o resultado de uma prática articulatória e significativa que constitui e organiza relações sociais. Articulação, por sua vez, é uma prática que se estabelece entre elementos os quais, num primeiro momento, não estão articulados entre si. Podemos dizer, portanto, que no momento anterior ao



da articulação, esses elementos estão imersos numa lógica complexa, ou seja, estão dispersos, uns em relação aos outros, de forma aleatória, no campo da discursividade.

Após esta breve caracterização da noção de discurso na teoria laclauniana, nosso último passo antes de iniciarmos a apresentação, na seção seguinte, de nossa metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros no contexto específico do campo da representação política (Legislativa e Executiva), reside na especificação teórica sobre a própria noção de ideologia que estamos aqui empregando. Para tanto, lançaremos mão das formulações de Althusser (1985), Laclau (1990, 2002) e Slavoj Žižek (1992, 1996).

Partiremos da noção de Althusser (1985) que a ideologia é eterna, tendo em vista ser um elemento existente em toda estrutura discursiva. Dessa forma, não há discurso sem ideologia, sendo que essa exerce uma função específica nesse, como veremos logo a seguir. Somos, portanto, seres essencialmente ideológicos e tal constatação sugere dois fatos: i) o primeiro que, em termos gerais (nível ontológico), sempre haverá ideologia e; ii) o segundo, em termos concretos (nível ôntico), as ideologias nascem, sofrem variações e desaparecem. Assim, se todo discurso, na concepção de Laclau, é marcado pela precariedade e pela contingência, a ideologia assume o papel de lhe dotar um sentido de permanência.

Um elemento central na concepção laclauniana de ideologia consiste no fato de que esta deve ser entendida a partir da ideia de falsa representação. No entanto, pensar ideologia dessa forma não significa entendê-la da mesma forma que o marxismo. Segundo a concepção marxista clássica (Marx, s/d), ideologia é justamente o oposto da verdade, uma inversão e um encobrimento das relações sociais “concretas”. Tal concepção pressupõe a existência de uma verdade positiva, no sentido de que, se fizéssemos o exercício de retirada de todos os véus ideológicos, fatalmente alcançaríamos a verdade em seu sentido absoluto. Para Laclau (1990), ainda que seja mantida, em sua noção de ideologia, a ideia de falsa representação, isso não significa a manutenção do pressuposto do acesso à verdade. Para este autor, não há nada inverídico para se tornar verídico, pois o que deve ser abandonado é justamente a concepção de que há uma verdade absoluta a



ser alcançada que é contrária às inúmeras falsidades que a escondem. Essa renúncia do par verdade/inverdade é, no entanto, uma renúncia somente no plano teórico (e, sobretudo, ontológico), ou seja, temos de admiti-la por que partimos do pressuposto de que não existem sentidos que possam, como vimos acima, ser eternamente sedimentados. Já no plano da disputa política (ôntico), ao contrário, os sujeitos percebem e agem desde suas visões ideológicas (distorcidas) como se fossem verdades permanentes. É, nesse sentido, que a falsa consciência não deve ser abandonada, uma vez que a distorção do mundo é constitutiva da objetividade social (Laclau, 1990; Žižek, 2005).

Temos agora todas as condições de estabelecer a relação entre discurso e ideologia. Vimos acima que discurso é o resultado de uma prática articulatória de sentidos a partir de um ponto nodal. Vimos também que esta articulação é contingente, dependente, portanto, de uma historicidade e igualmente precária, ou seja, não há discurso sedimentado que não possa sofrer um processo de reativação. O que significa dizer que toda verdade discursiva é sempre provisória, ainda que não a percebamos como tal. A ideologia exerce uma função muito específica em todo discurso, que é, como vimos, a de negar a sua precariedade, não reconhecer o “jogo infinito das diferenças”. A ideologia funciona como um cimento que “fecha” os sentidos da estrutura discursiva, que possibilita com que os indivíduos criem que aquilo que os interpelou como sujeitos seja uma verdade (mesmo que, teoricamente, saibamos que se trata de uma falsa representação). Desta forma, a ideologia resulta numa operação de fechamento de sentidos, produzindo uma verdade ao sujeito por ela interpelado.

Como já enunciado, este trabalho é galgado em pesquisa que propõe uma nova metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Tal classificação, bem entendida, deve ser considerada a partir (e tão somente) do comportamento dos partidos nos poderes Legislativo e Executivo, ou seja, no campo discursivo da representação política. Esse campo discursivo é composto por todas as siglas partidárias e sujeitos políticos que estabelecem as relações entre Executivo e Legislativo. Defendemos que os sentidos discursivos e ideológicos que circulam nesse campo são, em geral, partilhados pelos representantes políticos, ou seja,



assumem uma condição hegemônica, ainda que não queira dizer que todos os sujeitos compartilham os sentidos ideológicos da mesma forma. Dito de outra maneira, se, por exemplo, não há problema em classificar, considerando os sujeitos envolvidos, de esquerda uma política de mais intervenção do Estado na economia e o seu contrário como de direita, não é tão simples dizer que é uma política de esquerda o incentivo às empresas do setor produtivo e de direita o incentivo ao setor especulativo, pois parte (mais radical) da esquerda defende que toda e qualquer concessão aos capitalistas seria uma política direitista, da mesma forma que a direita reivindica que é também parte de sua plataforma econômica o apoio ao setor produtivo. Portanto, ainda que não possamos atribuir muitas vezes de forma exata os sentidos ideológicos expressos, mesmo assim, nossa classificação visa apresentar um alto grau de coerência no campo político discursivo. Isso quer dizer que as percepções do que seriam medidas de “esquerda”, de “centro” e de “direita” são, em geral, reconhecidas como tais pelos sujeitos envolvidos.

Outro elemento que deve ser desde já enfatizado diz respeito ao próprio uso dos termos "direita" e "esquerda" como ainda capazes de descrever posições ideológicas. Nesse particular, não seria incomum recebermos críticas no sentido que, em uma sociedade com tantas imprecisões ideológicas, tais termos guardariam em si insuficiente valor heurístico. No entanto, não é assim que os temos percebido e tal percepção se deve justamente à análise *stricto sensu* do campo político discursivo. Esquerda e direita são categorias que estabelecem fronteiras - é verdade, nem sempre claras -, entre os sujeitos; ainda assim, eles se dividem politicamente a partir delas. A dificuldade de nosso tempo, entendemos, não reside na ausência do fenômeno ideológico, mas, antes, no embaralhamento de percepções ideológicas por parte dos sujeitos. Além disso, esquerda e direita não refletem simplesmente posições normativas abstratas, tais como a defesa de uma sociedade socialista num futuro ainda desconhecido por exemplo; são categorias que têm sentido atual, ou seja, podem ser alocadas para a compreensão de políticas específicas, como apresentaremos nesta metodologia.

Se, como temos argumentado, não podemos falar de forma essencialista sobre posições ideológicas, visto que as mesmas estão em constante processo de



reconfiguração, existe uma grande área "cinzenta" na qual percepções e ações, que outrora eram facilmente classificadas como de esquerda e de direita, hoje encontram-se literalmente borradas. Dessa forma, não é raro vermos sujeitos políticos filiados a partidos tradicionalmente vinculados ao que chamamos de campo da esquerda defenderem políticas específicas ideologicamente ligadas à direita e vice-versa. Não estamos sugerindo que haja algum tipo de inversão radical em relação às posturas ideológicas, mas um fato que claramente temos percebido a partir do material analisado é que os limites entre posições à esquerda ou à direita guardam um importante grau de imprecisão.

Nossa metodologia prevê dois momentos principais para alcançarmos com êxito a classificação ideológica dos partidos políticos. O primeiro momento diz respeito ao conhecimento do enquadramento ideológico de cada política específica a partir da lógica do próprio campo político. Dito de outra forma: a caracterização de esquerda e direita tem de ser realizada pelos próprios deputados e não deve partir de um a priori constituído exteriormente. Nesse sentido, os pronunciamentos dos parlamentares são cruciais para realizarmos esse enquadramento e construirmos o Quadro de Sentidos Ideológico, que serve de base para análises posteriores. No entanto, o mero enquadramento não nos dá o comportamento ideológico; esse só pode ser encontrado a partir da prática política. É por essa razão que o segundo momento da nossa análise reside na confrontação dos sentidos ideológicos atribuídos pelos parlamentares com as suas ações específicas, tais como projetos de lei, medidas provisórias, propostas de emenda constitucional, políticas públicas, entre outras.

## NVIVO: POSSIBILIDADES NA ANÁLISE DE DISCURSO

Antes de abordarmos o NVIVO como ferramenta de enorme valor para esta pesquisa, consideramos fundamental trazer algumas ideias que nortearam nossas escolhas metodológicas. Nesse sentido, abordamos sucintamente a análise qualitativa de dados, a análise de conteúdo, a análise de discurso para, finalmente, trazer o NVIVO como uma real possibilidade para os estudos que têm por base a análise de discurso.





A análise qualitativa de dados tem como objetivo compreender o indivíduo em seu contexto a partir de suas “próprias palavras, definições ou termos” (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2006, p. 375). Também buscam-se significações internas do comportamento humano a partir de uma imersão em campo. Contudo, nossa pesquisa, embora qualitativa, não busca tais questões a partir de vivência em campo. A análise de discurso não necessita dessa imersão em seu sentido mais convencional. Partimos, com base teórica e a partir do objetivo central, para a coleta de dados, conscientes dos corpus discursivos possíveis e passíveis de serem estudados. Nesse sentido, a pesquisa apresenta dois momentos metodológicos principais, que descrevemos a seguir.

Para nossa nova metodologia de análise ideológica de partidos, iniciamos os trabalhos com a busca de pronunciamentos dos deputados federais (2013-2015). Tais pronunciamentos deveriam conter determinadas palavras (chamamos de palavras detonadoras) que, pelo campo político, são utilizadas para definir o lugar de onde se fala. Aqui nos deparamos com a necessidade de nos apropriarmos, na análise de discurso, da técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo foi, por algum tempo, tida como uma possibilidade de análise quantitativa na pesquisa qualitativa. Segundo Ander-Egg (1979), a análise de conteúdo seria uma técnica de pesquisa de comunicação em massa, classificando categorias da comunicação. Por isso, uma análise quantitativa do conteúdo baseada em três passos: estabelecer unidades de análise (termos ou vocábulos), definir categorias de análise e selecionar a amostra do material de análise (ANDER-EGG, 1979, p. 199). Com o tempo e com o desenvolvimento da própria técnica, a análise de conteúdo passou a apresentar a possibilidade de ser quantitativa ou qualitativa, sendo que na primeira possibilidade,

se traça uma freqüência das características que se repetem no conteúdo do texto [BARDIN, 1977]. Na abordagem qualitativa se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem [LIMA, 1993, p.54] (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).



Nossa pesquisa, nas duas fases principais, faz uso da análise de conteúdo qualitativa, ou seja, buscamos características que aparecem nos textos analisados (na primeira fase, a partir das palavras detonadoras). Importante salientar que, neste caso, temos pronunciamentos (primeira fase) e outros documentos como Medidas Provisórias e Projetos de Lei (segunda fase) como corpus discursivo. Voltaremos à ideia da relação entre análise de discurso e análise de conteúdo logo adiante.

Na primeira fase, portanto, após realizar leitura minuciosa dos pronunciamentos dos deputados federais e, selecionando trechos relevantes à compreensão das palavras buscadas, partimos para o que a análise de conteúdo chamaria de categorização[2], “codificando” trechos da transcrição. O que se buscou, entretanto, e aqui temos uma interseção com a análise de discurso, foi a significação desses trechos sobre as palavras detonadoras. Buscamos os significados daqueles significantes apreendidos das palavras detonadoras. Isso nos permitiu, mais tarde, gerar categorias para a segunda fase de análise. No nosso caso, portanto, as categorias advêm do próprio campo discursivo. Essa atitude vai de encontro à noção inicial de análise de conteúdo, na qual a fase de determinar categorias exigia primeiramente essa definição para só então serem selecionadas e classificadas as informações a ser estudada (ANDER-EGG, 1979). Nossa análise de primeira fase, portanto, nos permitiu chegar a três categorias-mestras (ou grandes áreas) - Economia, Estado e Social-, que apresentam subcategorias, ou subáreas (Economia apresenta quatro, Estado tem sete e Social, 11). Todas extraídas dos pronunciamentos, que são tidos compreendidos como discurso no sentido laclauniano. Assim, formulamos o Quadro de Sentidos ideológicos, base para a segunda fase de pesquisa.

A segunda fase é a que nos coloca frente ao outro grupo de unidades de análise – MPs e/ou Projetos de Lei. Como a análise de discurso entende o discurso como prática, consideramos adequado compreender a ideologia dos partidos políticos a partir do que propõem quando apresentam Projetos de Lei e quando MPs são trazidas à baila. Enquanto a análise de conteúdo “se atém à transparência”, “tem como objeto o texto” em si e “parte da exterioridade para o texto”, a análise de



discurso busca “o significado do que é dito ou se faz”, o “como o texto significa”, “conhecer a exterioridade pela forma como os sentidos trabalham no texto, em sua discursividade” (LIMA, 2003, p. 80-82). Dessa maneira, utilizar-nos da análise de conteúdo na segunda fase da pesquisa foi fundamental. E aqui o NVivo entrou em cena.

O NVivo é um software de análise qualitativa de dados. Com ele, é possível trabalhar com diversos tipos de fontes como entrevistas (em vídeo, áudio ou transcritas em Word, PDF ou RTF), artigos, materiais de mídia social, conteúdo disponível na Internet (como conversas). Esse software, além de organizar os dados, permite um gerenciamento inteligente do material armazenado. Ainda o NVivo possibilita que o pesquisador trabalhe em equipe, maximizando potencialidades do grupo de pesquisa. O software nos permite, por exemplo, visualizar redes, através de gráficos, nuvens, mapas em árvores e modelos comparados a partir da alimentação do projeto (QSR, 2017).

Tomando o NVivo como uma possibilidade para a análise de discurso pós-estruturalista, passamos a utilizar o software para armazenar, organizar e analisar os dados coletados. Sendo assim, um “projeto” no NVivo começa com a compilação ou importação do conjunto de materiais ou fontes, sejam elas entrevistas, artigos, áudio, vídeo, imagem, resultados de pesquisas, e mesmo materiais que podem ser importados do Evernote ou Endnote. A organização pode ser realizada em pastas conforme o tipo de material.

Mas, por que o NVivo é tão interessante para a análise de discurso que aqui empreendemos? Porque sua sistematização interna permite uma “conversa” entre a teoria pós-estruturalista e seus mecanismos para nosso trabalho. Assim, temos no software, a capacidade de criar nós que “representam categorias ou conceitos e servem para armazenar a codificação do material analisado” e a possibilidade de codificação, que “consiste em localizar passagens no material empírico e a elas atribuir os significados correspondentes às categorias (nós) com os quais estamos trabalhando” (TEIXEIRA, 2010, p. 6). Isso será melhor explicado na seção seguinte.

Entretanto, é importante frisar que o software auxilia na organização e gerenciamento das fontes, que são realizados pelo(s) pesquisador(es). Fica óbvio



que uma análise discursiva de qualidade, utilizando o NVivo como ferramenta de auxílio, só tem a ganhar. O papel do(s) pesquisador(es) é fundamental, uma vez que a análise de discurso, diferente da análise de conteúdo, encara a prática discursiva, ou seja, “o que interessa ao analista de discurso não é a classificação, mas o funcionamento” (LIMA, 2003, p. 82). A classificação auxiliará essa compreensão do fenômeno estudado na análise de discurso.

### UM EXEMPLO: A BUSCA POR UMA NOVA METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Após a discussão das potencialidades do software Nvivo, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos qualitativos, esta seção visa apresentar um exemplo de análise para classificação utilizando o referido programa. O exemplo demonstrado a seguir é extraído da análise do conjunto de medidas provisórias editadas no primeiro governo Lula (2003-2006).

O trabalho que originou o exemplo a ser apresentado aqui, classificou as MPs editadas no primeiro mandato do Presidente Lula, tendo como base o Quadro de Sentidos Ideológicos resultante da metodologia de classificação ideológica mencionada anteriormente. O *modus operandi* da análise será descrito a seguir:

No Nvivo, as medidas provisórias são importadas e ficam na pasta denominada “internas”<sup>1</sup>. Assim, cada medida provisória importada torna-se uma fonte a ser classificada quanto ao seu conteúdo, trabalha-se com 240 medidas provisórias, deste modo, tem-se 240 fontes.

Após a importação das fontes, o Quadro de sentidos foi transformado em “nodes” ou “nós”. Os nodes são mecanismos de codificação úteis para englobar temas ou tópicos relevantes para a análise. Ou seja, através deles os trechos das fontes são reunidos de maneira que um determinado assunto fica contido em um nó. Assim, “Desenvolvimento Econômico Esquerda”, que é uma subárea do Quadro de Sentidos, tornou-se um node no Nvivo e todas as fontes em que este sentido for recorrente, foram classificadas neste node.

---

<sup>1</sup> Importante frisar que, o Nvivo não anula a tarefa de ler todos os documentos e extrair destes os sentidos que são pertinentes à análise.



Figura 1 - Exemplificação de Nó no Nvivo

Nodes		Name	References
		Theroetical perspectives	1
		Epistemology	0
		Different types	0
		Subjectivism	0
		Main characteristics	3
		Definitions	4
		Objectivism	0
		Main characteristics	3
		Definitions	3
		Constructionism	1
		Main characteristics	3
		Definitions	5

Fonte: Internet.

Portanto, a área “Economia” e subáreas “Desenvolvimento Econômico Direita” e “Desenvolvimento Econômico Esquerda” resultaram, respectivamente, em nós e subnós no Nvivo. Por isso, as fontes codificadas neste espectro permitem a visualização do conjunto de sentidos que fazem parte deste discurso.

Com relação à subárea Desenvolvimento Econômico, foram encontradas 13 recorrências de sentidos no espectro da direita e, no âmbito da esquerda, 31 recorrências. Aqui a direita aparece de maneira periférica, no entanto, esta é a subárea em que foram classificados, como dissemos, mais sentidos à direita. Em seguida, serão apresentadas as principais políticas classificadas na díade ideológica que se aborda no trabalho.

Um sentido constante para pensar as medidas provisórias editadas pelo primeiro governo Lula, em se tratando de desenvolvimento econômico no espectro da direita, é o estímulo, garantia ou manutenção, por parte do governo, do princípio da concorrência. Por isso, as MPs em análise, são aquelas que propõem medidas

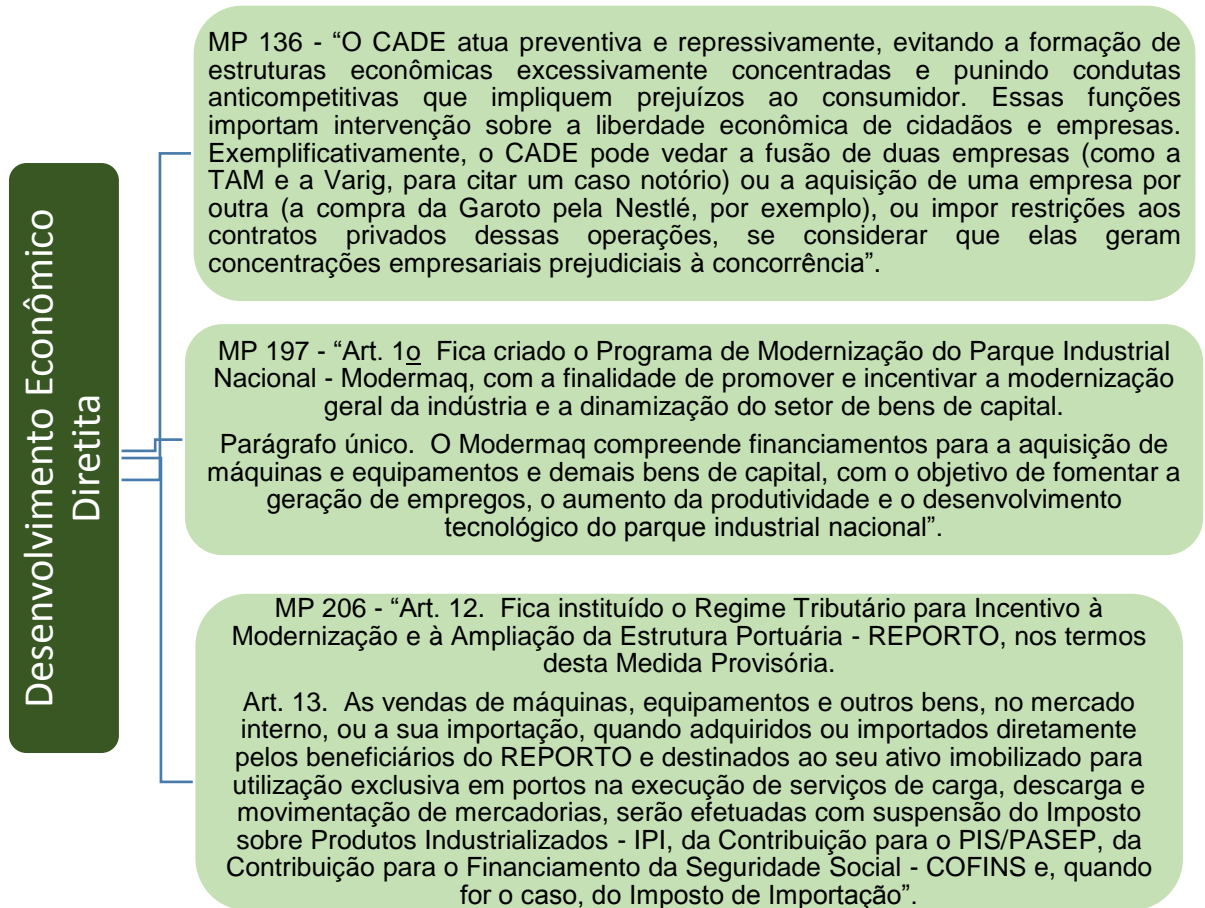


punitivas às ações anticompetitivas ou intervêm na economia apenas para assegurar a competitividade, visando beneficiar primeiramente a classe empresarial, sobretudo, os chamados “grandes empresários”.

Outra questão latente nesta aresta se baseia no sentido da “modernização”. Enquanto a esquerda prima pela humanização do capitalismo, a direita crê que se faz necessária a modernização do mesmo, mas sem considerar aqueles que estão à margem do sistema. As medidas provisórias classificadas como propostas de modernização do capitalismo e modernização estatal, geralmente, incentivavam a aquisição de novos maquinários e produtos que pudessem tornar o processo de produção industrial mais eficiente e, no caso, do Estado, medidas que tornassem o âmbito estatal mais enxuto e menos burocrático.



Figura 2 - Desenvolvimento Econômico Direita



Fonte: Elaborado pela autora.

O organograma acima traz trechos de medidas provisórias que exemplificam o que foi argumentado até o momento, além de facilitar o entendimento sobre como acontece a articulação de sentidos em que o ponto nodal - de acordo com a teoria do discurso de viés pós-estruturalista, a qual norteia este trabalho – fica sendo “desenvolvimento econômico direita”, pelo fato de que este sentido consegue reunir os demais significados que estão interligados a ele. Então, um campo disperso de sentidos, passa a operar dentro de uma regularidade.

No caso do desenvolvimento econômico sob o ângulo da esquerda, o sentido que se destaca é o do fortalecimento da economia nacional, englobando MPs que



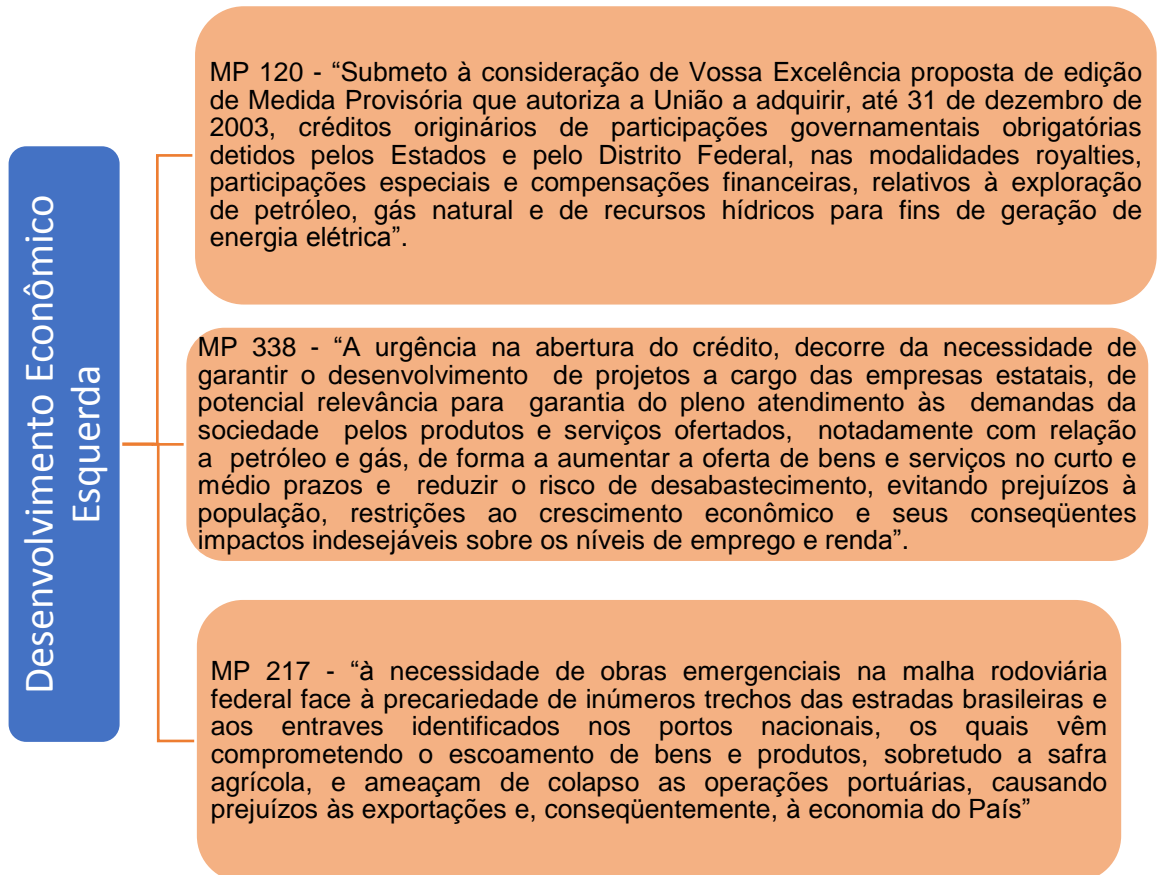
visavam suprir recursos de empresas estatais por meio de subvenções econômicas ou abertura de crédito. Aqui é possível notar investimentos de curto, médio e longo prazo.

Outro sentido bastante recorrente neste espectro consiste na abertura de crédito ao Ministério dos Transportes com o objetivo de realizar reformas na malha rodoviária federal de diversos estados do país. Este sentido foi classificado na subárea “desenvolvimento econômico – esquerda”, em função do argumento presente na exposição de motivos que acompanhavam estas medidas provisórias. Tal argumento ressaltava a importância de as estradas estarem em boas condições, porque isso permite o abastecimento de produtos nas cidades, o que acaba por fomentar a economia nacional.





Figura 3 - Desenvolvimento Econômico Esquerda



Fonte: Elaborado pela autora.

Este organograma demonstra, em forma de exemplificação, os dois sentidos mais recorrentes extraídos pela análise, quais sejam: fomento da economia nacional e manutenção da malha rodoviária federal. De forma geral, são estes os sentidos contingentemente articulados em torno do ponto nodal “desenvolvimento econômico” no espectro da esquerda.



## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de Investigación Social**. Buenos Aires: Ed. Humanitas, 1979.
- CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684.
- LACLAU, Ernesto. **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.
- LACLAU, Ernesto. **Misticismo, Retórica y Política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- LACLAU, Ernesto. **Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.
- LIMA, Maria E.A.T. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 76-88, jun. 2003.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Volume I. Editorial Portugal/Brasil, Presença/Livraria Martins Fontes, s/d.
- PINTO, Céli. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 24, p. 78-109, 2006/1.
- QSR International. **NVivo Product**. Disponível em: <http://www.qsrinternational.com/nvivo-product/nvivo11-for-windows>. Acesso em: 18 set. 2017.
- SAMPIERI, Roberto H; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- TEIXEIRA, Alex. **Análise qualitativa com o programa NVivo 8: fundamentos**. 2010. Disponível em: [www.seer.ufrgs.br/testebse/article/download/20948/11995](http://www.seer.ufrgs.br/testebse/article/download/20948/11995). Acesso em: 18 set. 2017.
- ŽIŽEK, Slavoj. **El sublime objeto de la ideología**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005.



ŽIŽEK, Slavoj. Introdução. O espectro da ideologia. In: \_\_\_\_\_. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.